

COMÉRCIO INFORMAL EM TEMPO DE FESTAS

Informal commerce at party time

Resumo

O Artigo relata os resultados de uma pesquisa etnográfica do comércio informal das festas populares e do carnaval de Salvador (Bahia, Brasil), a qual examinou os conceitos de formalidade/informalidade (do ponto de vista legal) e tolerância/intolerância (do ponto de vista moral). As festas populares, ditas “festas de largo”, e o carnaval diferenciam-se nitidamente, tanto no plano simbólico quanto no plano legal. Se as primeiras são o reflexo da velha Bahia, o segundo representa a modernidade e destaca-se como motor econômico do turismo baiano. Tendo em vista esses contextos específicos e opostos dos pontos de vista simbólico e econômico, são analisadas as distintas legislações do comércio informal, no âmbito das festas populares e do carnaval e a ação dos agentes públicos, na fiscalização desses distintos campos, entre 2007 e 2012. Finalmente, discute-se como o conceito de região moral, que tem demonstrado possuir poder analítico no campo da Antropologia Urbana, mostra-se produtivo, no tratamento do comércio informal, revelando as hierarquias morais da cidade.

Palavras-chave: Comércio informal. Festas. Região moral.

Julie Sarah Lourau-Silva

Antropóloga, Pós-Doc no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania (NEVIDE), no PPG de Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador.

Email: juliesarahba@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tomando em conta que o contexto festivo pode ser considerado como um espaço-tempo particular, acreditamos ser interessante observar qual a aceitação que nele tem o comércio informal. Sempre objeto de reformulação por parte dos poderes públicos em nome da ordem e da organização da cidade, a questão do comércio informal passa a impressão que nunca será resolvida. O carnaval, considerado como a festa que encerra o ciclo das festas populares de Salvador, capital do estado da Bahia (Brasil), é hoje uma “megafesta” cujas regras seguem uma lógica particular. As festas populares sincréticas, seguindo o ciclo de festividades católicas, celebrando os santos¹ de dezembro a fevereiro, ao contrário, são hoje desqualificadas e frequentemente associadas à decadência da região da cidade em que elas estão inseridas (o antigo centro e bairros tradicionais) e marcadas pelos qualificativos de violência, marginalidade, sujeira e falta de organização pela mídia e pelos moradores da

¹ No sincretismo, cada santo católico é associado a uma divindade do candomblé. Assim, quando se festeja Santa Bárbara na igreja, os adeptos do candomblé estão fazendo uma homenagem a Iansã, etc.

cidade de Salvador. Poucos são os que ainda vão celebrar o santo católico ou o orixá do candomblé a ele associado no sincretismo religioso que marca a história das festas populares da cidade. Assim, na maioria dos casos, hoje as festas ocorrem em zonas abandonadas do centro da cidade ou em bairros populares antigos, ficando reservadas para as populações que vivem nos arredores¹.

Porém um segmento da população defende as festas populares em nome de uma tradição: os “barraqueiros (as) das festas populares”. Organizados em um sindicato e em uma associação, relembram o tempo em que trabalhavam com orgulho e prosperidade nas festas populares de Salvador. Tanto estes barraqueiros quanto os trabalhadores de rua são categorizados de “comércio informal” pelos poderes públicos. Vítimas de perseguição por parte desses poderes, sofrem restrições impostas, sobretudo, pelas normas de padronização em geral, principalmente quando se trata do carnaval, principal foco das mídias e dos interesses ligados ao setor de turismo. Contra a ideia de que o baiano é preguiçoso, pelo fato de a Bahia estar em estado de festa permanente, afirmamos junto com Zanlorenzi (2003) que a economia festiva é uma fonte de renda importante para os baianos, que, em muitos casos, trabalham na festa enquanto os turistas desfrutam, brincam e pulam o carnaval, por exemplo.

O CONCEITO DE “REGIÃO MORAL”

Para definir o conceito de região moral, vamos-nos referir a Agier (2009). Ele explica o recorte «regional» que já foi usado pela Escola de Chicago e pela antropologia urbana (HANNERZ, 1983) da forma seguinte:

[...] O ponto de vista “regional” ganharia, me parece, se fosse aplicado a qualquer espaço, sem preconceito de limite ou escada. Poderíamos assim registrar a maneira em que um lugar está sendo definido por qualquer tipo de ator urbano (do planejador ao morador de beco). Este sentido do lugar pressupõe a cidade toda como contexto de referência. Ele corresponde a uma cartografia imaginária dos cidadãos que vivem em uma certa parte da cidade mas que tem pelo menos alguma ideia, imagem ou experiência das outras partes da cidade². (AGIER, 2009, p.36, tradução nossa).

¹ Com exceção de algumas festas que fazem mais sucesso e trazem turistas e moradores de outros bairros, como no caso da festa do Nosso Senhor do Bonfim ou Iemanjá.

² «[...] le point de vue « régional » gagnerait, il me semble à être appliqué à tout espace sans a priori de limite ou qu'ils soient (du planificateur à l'habitant d'un fond de ruelle). Ce sens du lieu suppose la ville entière comme d'échelle. On s'autoriserait ainsi à enregistrer la manière dont un lieu est défini par les acteurs urbains quels contexte de référence. Il correspond à une cartographie imaginaire des citoyens qui vivent dans certaines parties de la ville tout en ayant sur les autres espaces au moins quelques expériences, idées ou images».

Ou seja, existe uma cartografia mental da cidade em cada um dos seus moradores, que adotam como pontos de partida impressões pessoais ou alguma influência externa (amigo, mídia) para pensar a cidade que se estende sempre mais. Agier (2009, p.40) acrescenta: “Assim, é a partir de uma configuração particular de critérios morais que a cidade como um todo se faz espelho de identidades, e talvez "fator de etnicidade” (AMSELLE, 1985, tradução nossa).

A cidade, nesta condição, participa da delimitação identitária a partir do ponto de vista interno (os moradores do local) e externo (os que moram fora deste local, mas têm alguma ideia, imagem ou impressão sobre ele). Esses recortes evoluem em função do tempo, da época. Para Salvador, Agier (2009) destaca dois períodos, e eu acrescentaria um terceiro, que considero mais atual.

Segundo Agier (2009), as duas configurações de Salvador (de um ponto de vista histórico) são:

- vertical, entre a cidade baixa portuária e a cidade alta da administração colonial;
- e horizontal, com o deslocamento dos bairros nobres para a Orla e o abandono do velho centro da cidade a partir dos anos 1960.

Eu proponho uma terceira ordem urbana em função de vários conceitos que são: Margens, “Non-lieux” (AUGÉ, 1992) – Arquipélagos (MONGIN, 2005), “Mônadas”¹ (SILVERBERG, 1974) e Poluição (DOUGLAS, 1971), que corresponde à ordem atual, fragmentada e múltipla² implicando a cidade em lógicas de fragmentação sempre mais fortes.

CONCEITOS DE FORMALIDADE E INFORMALIDADE (DO PONTO DE VISTA LEGAL) E TOLERÂNCIA / INTOLERÂNCIA (DO PONTO DE VISTA MORAL): DISTINTAS LEGISLAÇÕES

¹ No livro de ciência ficção de Silverberg, a mônada é uma torre, tipo condomínio, que abriga toda a humanidade. A torre se tornou o único lugar de vida, não há mais vida fora dela (pelo menos quem vive dentro desconhece vida fora). A cidade foi absorvida pela torre gigante que regula a vida de seus moradores. Em cada andar, uma realidade.

² Esses conceitos não serão tratados neste Trabalho. Eles estão na minha tese de doutorado. LOURAU Julie, *Fêtes, tourisme et identités à Salvador de Bahia, Les « pauvres » du commerce de rue dans la « fête monde » carnaval : population noire et informalité*, EHESS / UFBA, 2013.

AS FESTAS POPULARES

Da mesma forma que existem “regiões morais” na cidade, existe uma hierarquização moral das festas; não mais em função de uma antiga ordem moral que ordenava o código de decência e costumes, mas seguindo uma ordem nova cuja ‘bandeira’ poderia ser como Agier (2000, p.44) propõe para o carnaval elétrico “conforto, purpurina e modernidade”. As festas populares ligadas a lugares (a praça da igreja cujo Santo é celebrado) situam-se no antigo esquema do espaço público democrático e misto, enquanto o carnaval se define com os novos valores produzindo uma ordem moral que tem como origem uma base nova e discriminante, por exemplo, quando se trata do aspecto visual, através de uma série de regulamentações ligadas ao trabalho de rua. Poderemos observar essas duas lógicas festivas no estudo que serviu de base para este Artigo.

O denominado ciclo das festas catalogado pela administração municipal de Salvador revela uma intenção classificatória e de hierarquização das festas. O critério é a frequência das festas (quantidade de pessoas frequentando a festa) dividindo-as em dois grupos distintos (Grupo I e Grupo II), com diferentes tarifas para a exploração de um espaço do espaço urbano para fins mercantis. Nessa tentativa de ordem e classificação, os poderes públicos acrescentaram uma festa que não pertence ao calendário religioso e que não se relaciona com o ciclo das festas ditas de largo, sempre associadas a um(a) santo(a), mas que pertence do calendário festivo. Trata-se do “Reveillon”, marcado por um grande *show* de grandes nomes da música popular brasileira – por exemplo, o *show* de Daniela Mercury a partir da operação “Festas Populares 2007”, promovida pela Secretaria de Serviços Públicos (SESP) do município. Esse fato sugere que a indústria cultural está integrando e superando as festas populares, embora acreditemos que a festa do Reveillon foi incluída pelos poderes públicos na categoria das festas populares, por simples facilidade organizacional.

Em compensação, o carnaval que tradicionalmente fazia parte do ciclo popular, passou a integrar, desde os anos 1990, um projeto econômico baseado no turismo festivo do Estado da Bahia e da cidade de Salvador, colocando-o fora do ciclo das festas de largo. Vamos registrar quais foram as festas incluídas na “Operação Festas Populares 2007”¹.

O Diário Municipal Oficial de Salvador decreta, em março de 2007, a criação dessa operação, incluindo as festas de: Reveillon, Boa Viagem, Nossa Senhora da Conceição, Lavagem do Bonfim, Itapuã e Yemanjá. Faltaram as tradicionais festas de Santa Bárbara,

¹ Quando foi criada essa ‘operação’.

Santa Luzia, Lapinha, Ribeira e São Lázaro (SALVADOR, 2007). O que aconteceu com elas? A festa de Santa Bárbara tem um *status* um pouco diferente, pois pertence ao centro histórico e por isso é regulada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) – um órgão da esfera estadual - e os seus vendedores informais estão vinculados à Associação dos Barraqueiros do Centro Histórico. As demais festas excluídas da Operação da Prefeitura em 2007 são as festas do grupo II, menos frequentadas, que podem ser conferidas nos Quadros das portarias e decretos¹ ordenando as condições do comércio de rua.

Quadro 1: Classificação das festas populares

Festas populares do Grupo I	Festas populares do Grupo II
Reveillon	Santa Bárbara
Boa Viagem	Santa Luzia
Nossa Senhora da Conceição	Lapinha
Lavagem do Bonfim	Ribeira
Itapuã	São Lázaro
Yemanjá	

Fonte: Diário Oficial do Município de Salvador, 21 mar. 2007. Decreto nº 17.234 de 20 de março de 2007, cria a ‘Operação Festas Populares 2007’.

A partir desse Quadro, temos a certeza que há uma certa hierarquia organizacional dentro das festas populares. O carnaval, tendo perdido o seu estatuto de festa popular é, para os organismos encarregados da sua realização, “o carnaval” ou “a maior festa popular do mundo”. Destacamos a distinção feita entre “festas populares” e “carnaval” e também numa escala menor, a distinção feita entre as festas populares.

A partir de um levantamento dos lugares de realização das festas populares, queremos destacar os “largos festivos” da cidade². Constatamos que das dez³ festas populares, sete acontecem na Baía de Todos os Santos, seguindo a antiga ordem da cidade (vertical), ficando fora dos circuitos urbanos modernos, inscrevendo-se numa leitura litúrgica da cidade que relembra o tempo em que a Igreja Católica tinha um papel relevante na ordem moral da cidade.

¹ Diário Oficial do Município de Salvador, Quarta Feira 25 de Novembro de 2009, Ano XXIII, Nº 5.020, Portaria Nº 197/2009.

² Parte das informações sobre as festas populares foram recolhidas no campo, durante o ciclo das festas populares, e parte no site da Fundação Gregório de Matos: <<http://goo.gl/X6yIeg>>. e no portal do carnaval 2011: <<http://www.portaldocarnaval.ba.gov.br/2011/Servicos/Calendario.asp?le=08/03/2011>>.

³ Eu suprimi a Festa do Reveillon de Daniela Mercury, já que ela não pertence tradicionalmente ao ciclo das festas de largo, mas foi acrescentada pelos poderes públicos num âmbito de organização interna.

A classificação da Prefeitura tem como objetivo estabelecer uma tabela de tarifas para autorizar a venda de produtos de alimentação e bebidas durante as festas (licenciamento). Em tal classificação, nas festas de menor porte, é cobrado um valor mais baixo do que nas maiores. Isso poderia ser relativizado pelo fato de que as festas de porte maior atraem mais vendedores ambulantes, criando uma concorrência maior e, às vezes, desleal, uma vez que os vendedores ambulantes não precisam de investimentos mais significativos em termos de infraestrutura (no sentido de não precisarem montar suas barracas e assim possuírem uma licença mais barata) e podem comercializar os seus produtos a um preço menor que os barraqueiros.

Os tipos de equipamentos autorizados para as festas populares são os seguintes¹:

- a) “carrinho”, ou seja, um pequeno veículo de tração manual para comercializar diversos produtos alimentícios, como: suco, picolé, algodão doce, batata frita, beiju, queimados (balas e doces), cachorro quente, café, caldo de cana, churrasquinho, churros, hambúrguer e pizzas, milho, pipoca, queijo assado, sorvetes, churrasquinho de camarão, salgados já prontos e pastéis;
- b) bancas para vender: *acarajé*, maçã do amor, balas e cigarros, feijoada, cerveja e refrigerantes;
- c) isopores para venda de cerveja e refrigerantes;
- d) os carros de venda de gelo;
- e) *ostrailers* para a venda de lanches e bebidas. Como se vê no Quadro 2, as tarifas variam em função do tipo de equipamento e da classificação das festas (Grupo I ou Grupo II).

Quadro 2: Preço público para ambulantes – Festas populares

	Grupo I	Grupo II
«Carrinhos»	R\$ 25,00	R\$ 20,00
Isopor	R\$ 20,00	R\$ 15,00
Carrinhos de gelo	R\$ 80,00	R\$ 80,00
Veículos tipo caravana	R\$ 50,00	R\$ 35,00

Fonte: Portaria n° 197/2009 do Diário Oficial do Município de Salvador, 25 nov. 2009, a. 13, n. 5.020.

¹ Segundo a Portaria n° 197/2009 do Diário Oficial de 25/11/2009, ANO XXIII, n°5.020.

As barracas também têm sua discriminação na portaria supracitada¹ em função do tipo de produto comercializado e do tipo da festa:

- a) quiosque de lanches, frutas, impressos, carimbos, chaves, flores, artesanato;
- b) quiosque do mercado municipal, boxe do mercado municipal, quiosque desmontável para cachorro-quente;
- c) banca desmontável para coquetéis, banca desmontável para artigos religiosos e perfumes;
- d) barraca padronizada pela Prefeitura de Salvador para a venda de alimentos e bebidas nas festas da Conceição, Boa Viagem e Itapuã e barraca padronizada para as festas de Bonfim e Iemanjá;
- e) barraca tradicional;
- f) barraca tipo quermesse.

Para cada um desses tipos a Prefeitura estabelece uma tarifa específica (preço público), para ter uma licença de funcionamento, conforme o Quadro a seguir.

Quadro 3: Preço público para barracas – Festas populares

	Grupo I	GrupoII
Quiosques (exceto artesanato) e bancas	R\$ 40,00	R\$ 30,00
Quiosque e boxe de mercado municipal e quiosque artesanal	R\$ 40,00	R\$ 30,00
Bancas desmontaveis	R\$ 25,00	R\$ 20,00
Barracas padronizadas da Prefeitura (Conceição e Itapuã)	R\$ 180,00	-
Barracas padronizadas da Prefeitura(Bonfim e Iemanjá)	R\$ 213,42	-
Barracas tradicionais	-	R\$ 35,00
Barracas tipo quermesse	R\$ 180,00	R\$ 35,00

Fonte: Portaria nº 197/2009 do Diário Oficial do Município de Salvador, 25 nov. 2009, a. 13, n. 5.020.

Este tipo de ato do poder municipal, publicado e revisado anualmente, estabelece as bases do comércio informal em tempo de festas em Salvador. Nela constam também as regras

¹ Segundo a Portaria nº 197/2009 do Diário Oficial de 25/11/2009, ANO XXIII, nº5.020. Portaria “sobre o exercício das atividades do comércio informal no espaço público, durante as festas populares de 2009/2010 e outras considerações”.

de padronização¹ em matéria de comércio de rua tanto para as festas populares, como para o carnaval. Basicamente esses textos são: portarias, decretos e leis, provenientes da Secretaria dos Serviços Públicos (SESP) renomeada, alguns anos atrás, “Secretaria dos Serviços Públicos e da Prevenção da Violência” (SESP), quando na gestão municipal do Prefeito João Henrique, passou a ser nominada como “Prefeitura de Participação Popular”.

Esses valores podem parecer ser inicialmente muito baixos, como no caso de ambulantes que utilizam o isopor, mas, para algumas pessoas, representam um obstáculo, levando-as a pedir empréstimo a um parente ou outras estratégias para conseguir o valor. A simples compra da matéria-prima a ser vendida já representa um sacrifício ou um endividamento, principalmente no caso das barracas tradicionais ou padronizadas. A partir dos Quadros 2 e 3, entendemos melhor porque os vendedores de isopor praticam preços mais baixos do que as barracas, que têm custos mais elevados (em relação ao licenciamento, até R\$180,00 para uma barraca contra R\$ 20,00 para um isopor). As tarifas e as diferenças de custo entre os vários tipos de equipamento geram uma concorrência desleal para os que investem num equipamento mais caro e que oferecem mais conforto à clientela e, por isso, praticam preços mais elevados.

Foi observado que é frequente os fregueses comprarem a cerveja mais barata no vendedor de isopor mais próximo e se instalarem nas mesas dos barraqueiros, que não ganham nada com isso.

Por essa razão, os barraqueiros frequentemente cobram dos agentes da fiscalização da SESP que impeçam os vendedores de isopor de ocuparem um lugar central, obrigando-os a ficar em lugar periférico da festa, como a legislação determina. Porém, no quadro da nossa pesquisa de campo, foi encontrada certa tolerância à fiscalização durante as festas populares, enquanto que, no carnaval, as regras são aplicadas de um modo rígido.

Encontramos, nas festas populares, práticas que não são ligadas ao respeito às regras, mas a uma possibilidade de adaptar-se à situação. Assim, num campo efetuado durante a festa de Itapuã (Grupo I)², vimos, na prática, como os agentes da fiscalização operavam seguindo um padrão flexível. Transcrevemos aqui uma passagem do nosso diário de campo:

¹ A padronização corresponde à uniformização dos equipamentos de trabalho que devem seguir normas em relação ao tamanho, material, e até horários de instalação.

² Essa festa pertence ao Grupo I em razão da sua importante frequência e não por pertencer a um bairro valorizado, pois sua posição na Orla não é sinônimo de modernidade, mas de afastamento do centro, de “periferia”. O bairro é antigo e popular.

Eu conversei com um agente da SESP, órgão da Prefeitura encarregado da regulamentação e da fiscalização do comércio de rua. Eu perguntei a ele se os vendedores que não tinham uma estrutura fixa, mas somente um isopor deviam pagar uma taxa de funcionamento. O agente me respondeu que todo mundo deve ter uma licença para poder trabalhar, mas que esses vendedores de isopor não a tinham e que ele não iria falar nada com eles. Eu perguntei se ele ia cobrar alguma coisa deles e ele disse que não, enquanto ninguém reclamar.

Enquanto nós estávamos conversando, o chefe dele chegou. Eu repeti as mesmas perguntas, e ele do mesmo jeito afirmou que a licença é obrigatória, mas que não iria fiscalizar nem multar esses comerciantes de isopor porque “tem muitas famílias carentes que [ele] não pode impedi-los de trabalhar”. Ele acrescentou que iria fiscalizar os lotes para ninguém ocupar o lugar de um vendedor que pagou a licença e também para eles não ocuparem a praça central da festa, mas as laterais. Quando eu olhei ao redor, eu vi que esses vendedores de isopor estavam ocupando a praça da igreja, ou seja, o coração da festa onde iria ter a lavagem da escadaria com as baianas. Ele me diz que, seguindo a mesma lógica, enquanto ninguém reclamar, ele fica de olhos fechados¹.

As queixas evocadas pelo agente da SESP podem vir de outros vendedores que pagaram a licença e dos barraqueiros: pagando taxas mais caras para trabalhar, eles não aceitam que outros vendedores, por falta de aplicação da lei, vendam mercadorias a um preço muito mais baixo por conta da legislação flexível da SESP ou da atuação dos seus agentes.

No caso relatado, os agentes da SESP têm uma compreensão do mundo dos trabalhadores de rua da festa (ambulantes e barraqueiros) permitindo-se aplicar um quadro de regras flexíveis, mas que serão substituídas por regras duras no caso de conflito entre os diversos grupos de vendedores.

Por isso, neste contexto, utilizo a dualidade das regras flexíveis / regras duras em relação com a análise de Mary Douglas (1971) na sua obra *Pureza e perigo*. Ela estabelece uma ligação entre a noção de poluição nas sociedades chamadas “primitivas” e nas sociedades “desenvolvidas”. Critica e denuncia as teorias antropológicas que definiram as sociedades primitivas como sociedades atrasadas, nas quais os homens e as mulheres teriam uma inteligência primitiva, às vezes comparadas à inteligência das crianças e sempre consideradas inferiores à inteligência dos homens das sociedades “desenvolvidas”, sociedade de referência do próprio antropólogo. A autora desenvolve então uma teoria ao redor das noções de “tabu” e de “poluição”, fazendo delas um poderoso aliado do poder e da ordem social, em vez de concluir, como já foi feito por outros autores, como um conjunto de superstições.

A teoria de Douglas (1971) repousa na ideia de que, nas sociedades “primitivas”, onde não há um sistema legal fixo e rígido, a noção de poluição ajuda a manter uma ordem

¹Diário de campo, janeiro de 2011.

social coerente na qual o perigo da desordem é controlado através de um sistema de “regras flexíveis”. Ao contrário, nas sociedades ditas desenvolvidas que usam uma enorme burocracia de documentos e polícia para obrigar os cidadãos a obedecer a uma ordem definida por textos, a noção de poluição é menos usada¹. O perigo da poluição pode ser representado por uma contaminação que acontece pelos orifícios corporais, numa metáfora na qual o corpo social se torna corpo humano. Assim, em muitas sociedades da África e da Índia, a autora recolhe exemplos de proibição ligada ao sexo ou a maneira de preparar a refeição, pois tem uma proteção reforçada em torno dos orifícios corporais. O modo de se proteger dessas poluições é respeitar as regras ou tabus. Quando a regra não é respeitada, existem ritos purificadores que lavam, de um modo eficiente, a poluição praticada durante o comportamento desviante. Nesse contexto, a metáfora do corpo humano fica como um corpo “à prova d’água” que resolve as contradições internas da própria sociedade e os perigos da poluição externa. As noções de “regras flexíveis” e “regras rígidas” nos ajudam a entender a hierarquia moral das festas populares e do carnaval.

Essa análise pode esclarecer a leitura do exemplo da festa de Itapuã, festa do Grupo I, ou seja, que não participa de modo relevante da economia festiva, já que é situada às margens da cidade. Ela permite o uso de regras flexíveis, quer dizer, ela oferece um outro modo de regular a cidade e o comércio de rua que levam em conta a realidade dos vendedores ambulantes.

Porém, neste esquema, os tabus devem proteger a sociedade contra as atitudes desviantes. Dentro do nosso contexto, os tabus podem ser o que distingue “os pobres honestos” dos “pobres marginais”. Os « pobres honestos » seguindo o chefe dos fiscais são os que precisam trabalhar e sustentar a família, mesmo que não respeitem as regras dos poderes públicos. Nesse caso, a infração se transforma em necessidade moral de ajudar um bom pai de família, um trabalhador honesto pobre que está sendo excluído da sociedade formal e das regras geradas por ela por conta da situação de privação por que ele está passando. Ele é considerado como vítima. Essas considerações participam da formação de uma certa economia moral que cauciona esse tipo de discurso: “Temos que deixar eles trabalharem para ajudá-los a serem uns trabalhadores honestos e ajudá-los a se manterem longe da marginalidade”. Dessa forma, o setor informal se protege dos “pobres desonestos”, os “marginais”.

¹ O caso de sociedades com regras rígidas não é exclusivamente ligado à escrita e existem sociedades “primitivas” que têm regras mais duras, com condenações mais categóricas, com pena capital.

Frequentemente, o jornal *A Tarde*, principal jornal do Estado da Bahia, destaca notícias do tipo: “Traficante se finge de camelô e vai preso” (VASCONCELOS, 2010). Será que isso revela uma ligação entre as economias ilícitas do tráfico de drogas e a economia informal? Não, isso é apenas uma estratégia de um ‘pobre desonesto’ que achou mais fácil adotar uma imagem de camelô para se beneficiar das regras flexíveis com os poderes públicos, achando que não deveria prestar contas para ninguém da sua atividade. Ele se enganou, pois, as regras flexíveis não são sinônimo de autorização cega; elas seguem um certo código moral ligado ao contexto social e urbano. Porém esse tipo de exemplo alimenta o imaginário sobre o “pobre honesto” e o “pobre desonesto”.

Na mesma ótica, podemos relevar, no discurso de Nini (2011), uma “barraqueira das festas populares” entrevistada por mim, uma série de referências negativas a propósito dos vendedores de isopor, dizendo que eles “não têm origem de barraca”, que eles vendem sem cultura e sem alma, no limite da desonestidade, pois eles não respeitam as regras internas dos comerciantes de rua, por exemplo, o preço mínimo de venda de uma mercadoria. Ela critica também a atitude flexível da Prefeitura em relação a eles.

Podemos analisar dentro do seu discurso, o esquema do “pobre honesto” e do “pobre desonesto”. O primeiro relacionado a um bom trabalhador que tem como referência a tradição, enquanto o segundo, sem cultura, vem desrespeitá-la, por falta de observação das suas regras e tradição. Nini utiliza um sistema discriminatório entre os que compartilham as mesmas regras que ela ou sabem respeitá-las e os desonestos, que não aceitam essas regras flexíveis internas e se aproveitam da tolerância dos poderes públicos sem respeitar seus colegas de rua.

É interessante relevar que mesmo utilizando as categorias de “pobre honesto” e “pobre desonesto”, a barraqueira não compartilha a mesma visão dos agentes da SESP na sua concepção do comércio informal e critica a atitude de falta de rigidez na aplicação da lei.

CARNAVAL

O espaço carnavalesco está saturado. Ele pode ser recortado em espaço do desfile para os blocos de trio¹, o público pipoca², os camarotes¹ e, além disso, o comércio informal².

¹ Caminhões sonorizados que carregam no teto a banda que está se apresentando. Esses caminhões são móveis, eles circulam ao longo de um circuito pré-definido.

² Os foliões pipoca são os participantes que pulam de um trio a outro sem ser ligado a nenhum deles. É a forma gratuita de pular o carnaval nas margens dos cordões dos trios.

Se, no cotidiano, ele já está muito presente nas ruas da cidade, é neste momento da festa que esse tipo de comércio se apresenta privilegiado. Seus únicos concorrentes são as vendas nos camarotes ou nos trios que atendem a um público restrito e que vendem os produtos a um preço geralmente mais alto e, dessa forma, não há competição com eles. Em outras palavras, o comércio informal é rei durante a festa. Podemos facilmente imaginar que, por essa razão, ele fica no coração das preocupações dos órgãos públicos encarregados da organização da festa.

O mercado dos vendedores de rua (bar, balcão, vendedor ambulante, baiana) foi estimado, em 2003, em 54.005 pessoas e, em 2004, em 68.400 pessoas (EMPRESA DE TURISMO DE SALVADOR, 2003)³. Em realidade, esses dados são muito aleatórios porque parte deles consegue escapar da fiscalização e não consta nos dados oficiais. Há também o problema da constituição de dados por parte dos organizadores que parecem gostar muito de números grandes, exagerando, frequentemente, os dados, buscando melhorar o número de empregos gerados pelo carnaval. Porém o número é importante, pois o discurso sobre um carnaval popular é reforçado, mesmo que, na realidade, os mais pobres são os que sofrem mais com as medidas e com as normas aplicadas durante o carnaval, abrindo o mercado para investidores e nem tanto para pessoas carentes. Um número considerável entre os mais pobres tem que endividar-se para participar do comércio da folia, cujo lucro, às vezes, não compensa os investimentos financeiro e físico da família inteira. Entretanto, esses números coincidem com o sentimento compartilhado por todos, cujo número de vendedores aumenta a cada ano, numa forte proporção, proporção essa que corresponderia ao número de desempregados.

O mundo do comércio informal, fortemente representado durante o carnaval é submetido à medidas pesadas de padronização e regulamentação, principalmente a partir de 1994, durante o mandato da Prefeita Lídice da Mata, em Salvador.

Na realidade, as operações da Prefeitura, desde 1994, têm como objetivo controlar esse setor e revelam uma vontade mais ampla de “desfavelizar” o carnaval. Esse termo utilizado pela Prefeitura e pelos organizadores do carnaval buscam justificar algumas medidas tomadas durante o evento: reintrodução dos carnavais de bairro para limitar o fluxo de pessoas pobres nos circuitos centrais (inclusive os barraqueiros), e cuidar da imagem do

¹ Os camarotes são instalados em prédios ou em estrutura tubulares que ficam nos passeios. O público vem curtir o carnaval dentro de um perímetro seguro e fica fixo, observando o desfile dos trios.

² Em função dos circuitos, o comércio informal fica nos passeios (nas margens dos foliões pipoca e dos blocos) ou em ruas transversais.

³ Relatórios do carnaval / EMTURSA, 2003 e 2004. Nos anos seguintes, o relatório se tornou muito mais sucinto e não contabilizou mais os comerciantes.

carnaval tendo um cuidado maior em relação com sua aparência (decoreação das ruas, iluminação e padronização dos equipamentos dos vendedores de rua).

Depois de um levantamento e cadastramento dos territórios festivos, a Prefeitura vende uma licença que dá direito a um lote comercial na folia. Em 1995, a Prefeitura, de um modo autoritário, colocou “barracas padronizadas” para substituir as tradicionais, julgadas de mau gosto, que acentuavam o aspecto favelado do carnaval. Os termos exatos do discurso são: “os vendedores, utilizando materiais diversos e inadequados contribuem para comprometer o resultado estético da festa”.

Podemos observar que essa padronização não resolve de vez a questão, pois o relatório do carnaval de 1995 efetuado pela EMTURSA (Empresa de Turismo Salvador, órgão oficial de turismo de Salvador, hoje SALTUR) lamenta as maneiras dos vendedores, comparando suas instalações as “Casas grandes e senzalas”, referindo-se à obra de Gilberto Freyre. Eles denunciam as instalações dos barraqueiros abrigando a cozinha e o quarto dos trabalhadores atrás das barracas padronizadas.

Temos que acrescentar que, na padronização, o tamanho das barracas foi diminuído, o que pode explicar, em parte, a criação de outro espaço atrás da barraca padronizada. A referência a Gilberto Freyre nos dá o universo de referência dos poderes públicos na gestão do carnaval. Esse pensamento diz respeito à tradição antiga de democracia racial e da cultura de assimilação, onde o pobre é associado ao negro (e vice-versa) e tem que adotar as maneiras do branco, numa lógica de organização da sociedade que segue o modelo dominante dos brancos. A partir daí, a Prefeitura iniciou uma guerra estética aos barraqueiros para acabar com a tradição da barraca de madeira pintada. Obrigou a adotar a estrutura padronizada que ela fornece (aluguel) de tubo de alumínio e lona. A Prefeitura combate a imagem de pobreza denominada por eles de “favelização” do carnaval através dessas medidas.

A identidade afro, que foi gerada durante o carnaval, não oferece uma possibilidade de reivindicação específica dos barraqueiros já que ela foi absorvida pelos poderes públicos, servindo aos objetivos estéticos do carnaval. No seu Estudo sobre o Ilê Aiyê, Michel Agier (2009) destaca no Trabalho a finalidade estética criada por esse grupo na constituição de uma imagem da África. Essa imagem deve servir a uma elite negra e possibilitar uma referência a uma origem digna, em vez de ter que compartilhar os preconceitos pesados que nós estamos estudando através desta pesquisa sobre o comércio informal, geralmente associado à

população negra¹. Essa população estava precisando de uma valorização tanto pessoal quanto coletiva. O fato de esse grupo negro ser um dos mais aceitos da Bahia pelos poderes públicos vem, sem dúvida, da sua preocupação enquanto a construção de uma imagem do negro valorizada, a partir de um trabalho estético. O negro é aceito se ele se apresenta bem. O Ilê Aiyê criou seus próprios modelos estéticos que ele reivindica como sendo um patrimônio negro. Eles correspondem mais, no nosso ponto de vista, a essa questão da imagem do negro na rua e da sua aceitação por parte da classe dominante. A guerra estética acontece no carnaval em diferentes níveis, no sentido de afastar a imagem carnavalesca da pobreza.

Podemos destacar dois momentos no processo de regulamentação da prefeitura:

- a) a padronização que acabamos de apresentar; e
- b) a questão do controle e da regulamentação.

Com base nos dados dos relatórios carnavalescos da Empresa de Turismo de Salvador, das 322 barracas presentes em 1995 só sobram 80 em 2003 (EMPRESA DE TURISMO DE SALVADOR, 2003, 2004)² e 59 em 2010 (EMPRESA SALVADOR TURISMO, 2010)³ (com duas reservadas a deficientes). Levantamos também que, em 2004 (EMPRESA DE TURISMO DE SALVADOR, 2004), 3.800 vendedores dispunham de uma licença (para qualquer tipo de venda do comércio informal) e os que trabalharam sem ela foram estimados em 1.500. Em 2010, um colete foi distribuído aos barraqueiros que participaram do curso obrigatório de profissionalização, permitindo conhecer, visualmente, quem está regularizado. O número de vendedores com barracas padronizadas é mínimo em comparação com o número geral de vendedores. O espaço de trabalho diminuído corresponde à mesma vontade de eliminar esse tipo de comércio ou pelo menos deixá-lo menos visível possível. A padronização e a repressão, em geral, contra os ambulantes pode se resumir nessas palavras de um conselheiro do prefeito: “Mais que nunca devemos embalar bem o produto carnaval”.

Nesses últimos anos, a licitação pública que permitia a licença para uma barraca padronizada foi substituída por um contrato entre a Prefeitura e o patrocinador oficial do carnaval (normalmente uma marca de cerveja) estipulando as condições de licenciamento das

¹ Ver também sobre a história do comércio de rua, REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**. São Paulo, v. 28[?], p. 14-39, dez-fev.1995-1996. Dossiê.

²Relatórios do carnaval / EMTURSA, 2003 e 2004. Os anos seguintes, o relatório se tornou muito mais sucinto e não contabilizou mais os comerciantes.

³ A SALTUR, que se substituiu a EMTURSA, não produz mais relatórios completos, mas um resumo com poucos dados. Esses dados não constam mais esses últimos anos.

barracas padronizadas. A Prefeitura se desfez desse papel porque as licitações públicas, segundo ela, nunca cobriam os gastos gerados pelas estruturas¹. Os espaços reservados às barracas tradicionais estão diminuindo francamente.

No relatório do carnaval de 2004, consta que ocorreram invasões de ambulantes no Campo Grande² entre dois desfiles e que é preciso observar os horários de desfile para não acontecer mais este tipo de situação nos próximos anos. De fato, a SESP tem também a responsabilidade de penalizar as infrações. Em 2003, 1.163 infrações foram registradas por diversos motivos (uso de churrasqueira, de carrinho, de garrafa ou copo de vidro). Não constam as infrações devidas ao não pagamento da licença ou a ocupação inadequada de um espaço. Seguindo as informações recolhidas nas entrevistas com os vendedores, a medida mais frequente neste caso é o confisco da mercadoria e do material até o final da festa, com possibilidade de recuperá-lo a partir do pagamento de uma multa. A multa, às vezes, é mais alta que os bens e eles são abandonados. Alguns entrevistados dizem que podem, em alguns casos, beneficiar-se da indulgência dos fiscais na condição de sair do lugar não autorizado e não ser reincidentes, nesse caso sua mercadoria não é apreendida. Outros dizem que os fiscais “prenderiam até a própria mãe”.

O serviço de Controle das Feiras e Mercados (CFM) depende da SESP e tem a função de vender os lotes do comércio informal no carnaval. Em 2012, foram comercializados 5.280 lotes. Não consegui ter acesso ao contrato que regula a venda das barracas tradicionais, que passa a depender, a partir deste ano, da AMBEV (patrocinador oficial). A Prefeitura não tem mais informação sobre esse assunto. Mais uma vez, o destino dos barraqueiros parece incerto e comprometido. Fica a cargo da CFM a inscrição dos vendedores, a delimitação dos lotes em relação direta com a SALTUR que indica todos os espaços já ocupados pelos camarotes, e a normalização dos equipamentos autorizados em função das leis de padronização. A necessidade de ordenar é explicada por Edson, o funcionário que me recebeu, pela desordem representada pelo comércio informal e a necessidade de defender os direitos de quem está regularizado frente a quem não é, mas busca beneficiar-se. Eles citam,

¹Esse argumento é surpreendente porque as barracas não eram cedidas por um preço baixo. Os preços oscilavam geralmente entre R\$ 1.000 e R\$ 3.000.

²O Campo Grande é o ponto de partida do circuito Osmar, o circuito mais antigo que fica no centro; ele é também o largo de abertura do carnaval durante a cerimônia oficial de entrega da chave da cidade pelo Prefeito ao Rei Momo. Esse circuito, por ter avenidas estreitas, correspondendo a um esquema urbanístico mais antigo, foi completado nos anos 1980 por um outro circuito situado na Orla, entre a Barra e Ondina, o circuito Dodô. O primeiro fica fiel aos desfiles dos blocos afros que nasceram ali, enquanto o segundo recebe os blocos de trios maiores da Axé Music. O público do circuito Osmar é mais pobre e mais negro que o do circuito Dodô.

frequentemente, o abuso cometido pelos comerciantes vindos de outras municipalidades, enquanto o carnaval só aceita trabalhadores soteropolitanos. Ele define então o papel da prefeitura como defensora do “pobre honesto”, contra o “pobre desonesto” vindo de fora.

Os vendedores são profissionais do comércio informal no seu cotidiano, ou especializados nas festas populares, ou pessoas desempregadas ocupando temporariamente essas funções. O trabalho durante o carnaval é contínuo durante sete dias e seis noites de festa. Os atores sociais do comércio informal devem ser registrados e quitar a licença. Para as barracas, as tarifas são as seguintes:

Quadro 4: Preço público Carnaval (circuitos principais)

Tipo de equipamento	Tarifa
Bancas	R\$ 100,00
Boxes	R\$ 180,00
Isopor	R\$ 24,00
Baiana	R\$ 24,00
Carrinhos	R\$ 30,00
Banca desmontáveis	R\$ 130,00
Veículos especiais	R\$ 150,00
Caravanas	R\$ 200,00

Fonte: Portaria nº 197/2009 do Diário Oficial de 25/11/2009, ANO XXIII, nº5.020

Quadro 5: Preço público Carnaval (circuitos dos bairros periféricos)

Tipo de equipamento	Tarifa
Barracas padronizadas	R\$ 172,50
Barracas tradicionais	R\$ 96,60
Isopor	R\$ 11,50
Baiana	R\$ 11,50
Carrinhos	R\$ 17,25
Bancas desmontáveis	R\$ 17,25

Fonte: Portaria nº 197/2009 do Diário Oficial de 25/11/2009, ANO XXIII, nº5.020

Através da tarifação, podemos nos dar conta de que os circuitos periféricos seguem mais ou menos a mesma grade das festas populares, enquanto o carnaval do centro tem uma grade de preços mais altos. A hierarquia moral ajudando os “pobres honestos” a trabalhar, se possível ficando nas margens da cidade, nos bairros periféricos, funciona no quadro do carnaval. Esses circuitos periféricos ficam com um estatuto próximo das festas populares, pertencendo à mesma região moral da cidade, pobre e negra. As barracas tradicionais e padronizadas estão quase sumindo dos circuitos centrais, e as poucas que ficaram estão

sempre sendo deslocadas para as margens dos circuitos, criando uma periferia dentro dos circuitos centrais.

No quadro do carnaval, não há tolerância em nome da moralidade, o discurso é outro: tem que “profissionalizar” o comércio informal. Por isso, as medidas adotadas de padronização e ordenamento correspondem ao modelo das regras duras, forçando os trabalhadores a adotarem um modo de fazer específico dentro de normas visuais estritas.

CONCLUSÃO

O presente estudo ressalta que os “pobres” do comércio informal estão inscritos dentro de um sistema de valores antigos, correspondendo à primeira ordem urbanística da cidade. Por exemplo, o acesso a um emprego (comércio informal), o acesso a uma moradia (nos bairros periféricos tendo como ponto de referência o antigo centro), ou o modo de regulação da vida através de bases materiais e morais que vêm do tempo em que a sociedade brasileira era dividida entre os donos da terra (os fazendeiros) e os pobres (escravos ou livres). Enquanto isso, hoje em dia, todos os interesses econômicos se encontram numa outra região moral da cidade e numa outra organização urbanística e moral, correspondendo ao segundo modelo das regiões morais, o horizontal e, ao terceiro, mais fragmentado. Os barraqueiros ficaram numa hierarquia vertical, enquanto os interesses das classes média e dominante foram conformados num esquema horizontal, que conhece sempre mais a fragmentação urbana.

Dessa forma, podemos entender porque os valores dos barraqueiros ficaram fora das considerações dos poderes públicos, mesmo que ainda vivos na sua prática diária. É a confrontação de duas lógicas que não se encontram. Da mesma forma, a diferença de fiscalização entre as festas populares e o carnaval deixa bem claro o recorte moral da cidade do ponto de vista regional, tomando em conta a variabilidade de diferentes velocidades entre um modelo antigo e os modelos mais recentes. Esses modelos, embora muito diferentes, não se anularam e, de uma certa forma, continuam existindo juntos dentro de um recorte social da cidade entre os pobres e os ricos. Os primeiros ficando fora dos valores da modernidade, à medida que eles estão sempre trancados fora, ou seja, marginalizados espacialmente e socialmente.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Anthropologie du carnaval**: la ville, la fête et l’Afrique à Bahia. Marseille : Parenthèses, 2000.
- AGIER, Michel. **Esquisses d’une anthropologie de la ville**: lieux, situations, mouvements. Bruxelas: Bruylant, 2009. p. 152. Anthropologie prospective, n. 5.
- AUGÉ, Marc, **Non-lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité**, Paris, éditions du Seuil, 1992.
- AMSELLE, J. L. **Ethnies et espaces** : pour une anthropologie topologique. Paris: La Découverte, 1985.
- VASCONCELOS, Hieros. Traficante se finge de camelô e vai preso. **A Tarde**. Salvador, 29 abr. 2010.
- DOUGLAS, Mary. **De la souillure**: essai sur les notions de pollution et de tabou. Paris: Maspero, 1971.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, [1971].
- EMPRESA DE TURISMO SALVADOR. **Relatório EMTURSA**: carnaval de Salvador 1995. Salvador, 1995.
- EMPRESA DE TURISMO SALVADOR. **Relatório EMTURSA**: carnaval de Salvador 2003. Salvador, 2003.
- EMPRESA DE TURISMO SALVADOR. **Relatório EMTURSA**: carnaval de Salvador 2004. Salvador, 2004.
- EMPRESA SALVADOR TURISMO. **Relatório SALTUR**: carnaval de Salvador 2010. Salvador, 2010.
- HANNERZ, Ulf. **Explorer la ville**. Paris : Les Editions de Minuit, [1983].
- LOURAU, Julie. **Festas, identidades e turismo em Salvador da Bahia**: os “pobres” do comércio de rua no “mega evento” carnaval: população negra e informalidade. 2013. 302 f. Tese (Doutorado em antropologia social e etnologia) – École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 2013.
- LOURAU, Julie. **Diário de campo**, janeiro de 2011. Festas populares e carnaval, dezembro a fevereiro de 2011
- MONGIN, Olivier. **La condition urbaine**: la ville à l’heure de la mondialisation. Paris: Du seul; La couleur des idées, 2005.
- NINI. **Nini: depoimento** [jan. 2011]. Entrevistadora: Julie Lourau. Salvador, 2011. grav. sonora. Depoimento sobre as mudanças ocorridas no seu ofício de barraqueira ao longo dos anos.
- SALVADOR. Decreto nº 17.234 de 20 de março de 2007. Cria a ‘Operação Festas Populares 2007’. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 21 mar. 2007.
- SILVERBERG, Robert. **Les Monades urbaines**. Paris: Le livre de Poche, 1974.
- ZANLORENZI, Elisete. **O mito da preguiça baiana**. Tese (Doutorado em antropologia) - Universidade PUC Campinas, Campinas, 2003.

Abstract

Via an ethnography of the informal commerce in street parties and Salvador's *carnival*, I intend on considering/examining the concepts of formality/informality (from a legal point of view) and tolerance/intolerance (from a moral point of view). In this respect, the so called *festas de largo* (parties in the square) and *carnival* strongly stand out, as much on the symbolic plane as on the legal. If the former are a reflection of old Bahia, the later represents its modernity and distinguishes itself as the economic motor of tourism in Bahia. Having in mind these specific contexts, and being divided according to the symbolic and political/economic points of view, I will relate the results of my field work regarding informal commerce, underlining what the distinct legislations of informal commerce in the framework of the popular festivals and *carnival* are. I ask how public functionaries monitor these distinct fields; and how the concept of 'regional morality' that has demonstrated itself to possess analytic cogency in the field of urban anthropology, shows itself as useful in the treatment of informal commerce, so as to reveal the city's moral hierarchies.

Key words: Informal Commerce. Festivals. Regional morality.